

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78, DE 2003

Cria o Programa de Ações Afirmativas na Câmara dos Deputados, visando a reduzir as desigualdades étnicas raciais.

Autores: Deputado LUIZ ALBERTO e outros

Relator: Deputado DR. ROSINHA

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de resolução que pretende criar, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Programa de Ações Afirmativas, tendo em vista a redução das desigualdades étnicas raciais.

Na justificação, salientam seus ilustres autores que a proposição “visa a dinamizar a política de provimento de cargos e funções da Câmara dos Deputados, no tocante à promoção de um melhor direcionamento na busca da igualdade racial”.

Adiante, esclarecem que “o projeto, de cunho eminentemente programático, não torna obrigatória qualquer gestão, competência de lei específica, tão-somente cria o Programa de Ações Afirmativas, que terá por objetivo a busca de soluções para os problemas de desigualdade de oportunidades relativamente aos servidores afro-descendentes”.

A proposição foi distribuída, preliminarmente, à apreciação da Mesa Diretora, que a aprovou, unanimemente, nos termos do parecer do relator, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar a matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, também, quanto ao mérito, a teor do que dispõe o art. 32, IV, “a” e “d”, do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Relativamente aos aspectos que compete a este Órgão Colegiado pronunciar-se, verificamos que estão atendidas as normas constitucionais e regimentais relativas à competência privativa da Câmara dos Deputados para dispor sobre sua organização e funcionamento, cargos, empregos e funções de seus serviços administrativos (CF, art. 51, III; RICD, art. 109, III, “g”) e à legitimidade da iniciativa parlamentar (CF, art. 61, *caput*; RICD, 109, § 2º).

De outro lado, em sendo a matéria de competência privativa da Câmara dos Deputados, o projeto de resolução é o instrumento adequado para discipliná-la, nos termos do art. 59, VII, da Constituição Federal, e do art. 109, III, do Regimento Interno.

Não há, pois, na espécie, ofensa alguma às normas constitucionais e regimentais vigentes, nada havendo, em consequência, a objetar no tocante à sua constitucionalidade e regimentalidade.

Quanto à juridicidade, harmoniza-se o conteúdo da proposição em apreço com a ordem jurídica vigente.

No que concerne à técnica legislativa e à redação empregadas, constatamos algumas incorreções e omissões que discrepam das disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Com o objetivo de saná-las, apresentamos o anexo substitutivo.

Finalmente, quanto ao mérito, louvamos a iniciativa ora em exame, cujo propósito vai ao encontro dos anseios da população no sentido de

reparar os danos que foram secularmente causados à comunidade negra no Brasil, com a eliminação das distorções na apropriação de bens e serviços, na oferta de oportunidades de emprego e renda e no reconhecimento de direitos e deveres. Significa, outrossim, importante contribuição dada pela Câmara dos Deputados para a consolidação de uma sociedade multicultural e verdadeiramente democrática.

Pelas precedentes razões, nosso voto é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 78, de 2003, na forma do anexo substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado DR. ROSINHA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78, DE 2003

Cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Programa de Ações Afirmativas, com vistas a reduzir as desigualdades étnicas raciais.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Programa de Ações Afirmativas, visando a redução das desigualdades étnicas raciais.

Art. 2º A Administração da Câmara dos Deputados adotará as ações administrativas e de gestão estratégica necessárias à implementação do Programa de Ações Afirmativas, especialmente no que tange à execução de uma política de provimento de cargos e funções que garanta:

I – o acesso e a permanência dos afro-descendentes no quadro de pessoal da Casa;

II – a reserva de percentual mínimo de vagas nos procedimentos de admissão de pessoal, observadas as exigências constitucionais e legais pertinentes.

Parágrafo único. A reserva de vagas a que alude o inciso II contemplará as contratações decorrentes das licitações e das prestações de serviços e será considerada, na forma da legislação em vigor, critério adicional de pontuação, a ser utilizado para beneficiar fornecedores que comprovem a adoção de políticas compatíveis com os objetivos do Programa.

Art. 3º O Programa de Ações Afirmativas será acompanhado e avaliado por órgão colegiado que proporá os mecanismos institucionais necessários para a promoção da igualdade étnica racial.

Art. 4º Aplica-se, no que couber, o princípio da ação afirmativa aos procedimentos para nomeação dos cargos e funções de natureza especial e em comissão constantes da estrutura da Câmara dos Deputados.

Art. 5º A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados baixará os atos necessários à execução do disposto nesta resolução.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado DR. ROSINHA
Relator